

A SEMIÓTICA PEIRCEANA E SUA APLICAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Maria Angela Lorente Bassani

Fabiana Pelinson

Resumo

Este artigo científico explora a aplicação da semiótica peirceana como uma abordagem teórico-metodológica ao campo da comunicação, especialmente para análise e produção de significados em textos e imagens. Ao tratar os processos de codificação e decodificação presentes na comunicação visual e textual, a semiótica oferece uma compreensão holística dos fenômenos comunicacionais e publicitários. Por meio dos estudos de Charles Peirce, a semiótica é apresentada como uma ciência geral dos signos, possibilitando a compreensão dos mecanismos de significação presentes em diversas linguagens. A análise semiótica, fundamentada nas categorias fenomenológicas de primeiridade, secundidade e terceiridade, revela a complexidade e a dinâmica dos processos de signos, enriquecendo a compreensão dos profissionais da comunicação e ampliando sua capacidade de produzir sentido e significado.

Palavras-chave: Semiótica. Peirce. Comunicação. Publicidade.

1 INTRODUÇÃO

No campo da comunicação, a semiótica emerge como uma abordagem que serve à análise e produção de textos e imagens, oferecendo uma abordagem sistemática para compreender como significados são construídos e transmitidos por diferentes meios. Ao se debruçar sobre os processos de codificação e decodificação presentes na comunicação visual e textual, a semiótica proporciona uma lente interpretativa que transcende as fronteiras das palavras e das imagens, permitindo uma compreensão mais holística e elucidativa dos fenômenos comunicacionais. Essa perspectiva não apenas desvela os mecanismos subjacentes à produção de significado, mas também possibilita uma reflexão sobre as escolhas estilísticas, simbólicas e discursivas que permeiam a criação e a recepção de mensagens comunicativas.

Ao explorar a complexidade da linguagem e da comunicação, surgem diversas ferramentas teóricas que buscam embasar análises de textos e imagens sem, contudo, restringi-las, uma vez que a literatura se destaca por sua habilidade de romper com convenções estabelecidas e reinventar constantemente formas de expressão, rejeitando qualquer padrão normativo. Segundo Joly (2007, p. 44), é quando estudamos a articulação da imagem entre semelhança, vestígio e convenção que “a teoria semiótica nos permite perceber não apenas a

complexidade, mas também a força da comunicação pela imagem”.

Todo o conhecimento produzido ao longo da história da humanidade está enraizado na capacidade humana de criar, reconhecer, compartilhar e atribuir significados aos signos, bem como estabelecer conexões entre eles para extrair interpretações. A semiótica, como ciência geral dos signos, elucida as diversas formas pelas quais o significado é atribuído a tudo que nos cerca. Os estudos semióticos floresceram sob diversas influências em diferentes partes do mundo. Para este trabalho, optou-se por adotar as reflexões de Charles Sanders Peirce, cuja formação em Física, Matemática e Química, aliada a seus estudos em Linguística, Filologia e História, proporcionou uma base sólida e abrangente para suas contribuições à semiótica.

Assim, este artigo se propõe a apresentar a semiótica peirceana, suas classificações e sua aplicabilidade como uma abordagem mediadora, articuladora e integradora no processo de construção de conhecimento e significado. Para tal fim, realiza-se uma revisão bibliográfica sobre a semiótica de Peirce.

2 A SEMIÓTICA PEIRCEANA

A semiótica apresenta uma nova maneira de enxergar o mundo, de buscar novos significados para os signos que nos cercam. Como ciência que estuda todos os meios pelos quais se comunica, sendo eles verbais ou não, pode auxiliar a ler o mundo e compreender a realidade por intermédio de todos os modos de comunicação, através das imagens, da língua que falamos, do olhar, do tato, do som, do cheiro etc.

O mundo dos signos engloba as infinitas coisas representativas de outras coisas, saberes e estímulos que surgem via percepções, que passamos a conhecer e reconhecer por meio da lembrança e dos raciocínios associativos, o que permite uma pluralidade de leituras que superam propósitos comunicativos e culturais.

A semiótica é uma das disciplinas integrantes da vasta arquitetura filosófica peirceana, arquitetura esta que está alicerçada na Fenomenologia, uma quase-ciência que estuda as maneiras como aprendemos qualquer coisa que surge em nossa mente, coisas simples como um cheiro, a composição de nuvens no céu, o barulho da chuva, uma imagem em revista, ou coisas mais complexas, como a recordação de um tempo vivido, um conceito abstrato, ou seja, tudo que se apresenta à mente (SANTAELLA, 2002).

Em uma primeira definição, pode-se entender que a semiótica é

[...] a ciência dos sistemas e dos processos sîgnicos na cultura e na natureza. Ela estuda as formas, os tipos, os sistemas de signos e os efeitos do uso dos signos, sinais, indícios, sintomas ou símbolos. Os processos em que os signos desenvolvem seu potencial são processos de significação, comunicação e interpretação. (NÖTH; SANTAELLA, 2017, p. 7).

A semiótica trata das leis do pensamento e sua evolução, para isso é necessário debruçar-se sobre as condições gerais do signo e como pode se dar a difusão de significado de uma mente para outra e de um estado mental para outro. Frente a essa diversidade de tarefas, a semiótica possui três ramos, a saber: a gramática especulativa, a lógica crítica e a metodêutica ou retórica especulativa (SANTAELLA, 2002).

Sem a intenção de reduzir a semiótica de Peirce, realizou-se um recorte apenas da gramática especulativa, uma vez que, de acordo com Santaella (2002, p. 4), “esse primeiro ramo deve funcionar como propedêutica para o estudo da validade dos argumentos e das condições de verdade do método da ciência”. Ademais, a gramática especulativa oferece as definições e classificações para a análise de todas as espécies de linguagens, signos, sinais, códigos etc., de qualquer tipo e de tudo que neles está compreendido: a representação e as três questões que ela abarca – a significação, a objetivação e a interpretação. Isso ocorre pois Peirce definiu o signo como sendo de natureza triádica, ou seja, ele pode ser analisado:

1. em si mesmo, nas suas propriedades internas, ou seja, no seu poder de significar;
2. na sua referência àquilo que ele indica, se refere ou representa; e
3. nos tipos de efeitos que está apto a produzir nos seus receptores, isto é, nos tipos de interpretação que ele tem potencial de despertar nos seus usuários.

Neste sentido, a semiótica possibilita adentrar no próprio movimento interno das mensagens, na maneira como elas são construídas, nos processos e recursos nelas utilizadas. Em síntese, refere-se a um percurso metodológico-analítico que admite dar conta de questões pertencentes às diversas naturezas que as mensagens podem apresentar: verbal, imagética, sonora, englobando suas misturas, imagem e palavra, ou som e imagem, e assim por diante (SANTAELLA, 2002).

Importante destacar que por tratar-se de uma teoria abstrata, a semiótica possibilita apenas o mapeamento do universo das linguagens nos diversos aspectos gerais que as instituem. Deste modo, frente a essa generalidade, para a aplicação semiótica é imprescindível o diálogo com teorias específicas dos signos analisados. Ou seja, Santaella (2002) reforça que deve se ter

um conhecimento de música para analisar música, um conhecimento de teorias e história da arte para analisar pinturas e assim por diante.

Em suma, a semiótica não é uma chave que abre milagrosamente as portas dos processos de signos cuja teoria e prática desconhecemos. Ela funciona como um mapa lógico que traça as linhas dos diferentes aspectos através dos quais uma análise deve ser conduzida, mas não nos traz conhecimento específico da história, teoria e prática de um determinado processo de signos (SANTAELLA, 2002).

De acordo com Mucelim e Bellini (2008, p. 23), a semiótica de Peirce “é uma das principais teorias do signo com o objetivo de descrever e analisar a estrutura de processos semióticos, permitindo ser aplicada em diversas áreas de investigação”. Ainda segundo o autor, mencionar a semiótica como ciência que estuda os processos significativos refere-se à uma teoria do conhecimento na qual o processo chamado de semiose engloba os constituintes cognitivos e as maneiras como os sujeitos elaboram seus conhecimentos.

2.1 AS TRÊS CATEGORIAS UNIVERSAIS: PRIMEIRIDADE, SECUNDIDADE E TERCEIRIDADE

As categorias fenomenológicas desenvolvidas por Peirce (2017), denominadas primeiridade, secundidade e terceiridade, constituem os três modos como os fenômenos se apresentam à consciência humana, isto é, as maneiras possíveis de apreensão de todo e qualquer fenômeno. Neste sentido, a semiótica peirceana pode ser considerada como universal (MUCELIN; BELLINI, 2008), posto que a fenomenologia tem por encargo apontar as categorias formais e universais das maneiras como os fenômenos são apropriados pela mente.

A primeiridade é entendida como a categoria da primeira interação, das sensações, do olhar instigativo, da dúvida, com a identificação das percepções e sensações dos participantes, como as qualidades dos sentimentos, sejam eles de curiosidade, insegurança, alegria, etc. As relações começam a se estabelecer na secundidade, momento em que se verifica se os participantes materializaram o signo, relacionaram o novo e o abstrato com um referente, assim como se externalizaram suas dúvidas e incertezas associativas em questionamentos no decorrer dos encontros. A terceiridade, trata das relações sîgnicas estabelecidas pelos participantes e seus efeitos interpretativos acerca do curso de formação, com a verificação da ressignificação,

mediante a sistematização dos conceitos aprendidos, construção de novos argumentos, comunicação das concepções e representação do aprendido.

Mucelin e Bellini (2008) destacam que as categorias de primeiridade, secundidade e terceiridade são internamente relacionadas. Ou seja, partindo de um fenômeno, a terceiridade ocorre em um “movimento de vem-e-vai” entre a primeiridade (a qual é a percepção desprovida de interpretação e análise) e a secundidade (observação do mundo exterior, manipulação de signos engendrando que o ser humano passe a proceder e pensar de forma distinta), desempenhando de forma espiralada e não alinhada, o desenvolvimento de semiose dos signos.

2.2 A SEMIOSE E A NATUREZA TRIÁDICA DO SIGNO

De acordo com Peirce, citado por Santaella (2012), o signo tem como função representar ou substituir algo ou um objeto, ou seja, o signo é algo que toma o lugar de outra coisa. Uma fotografia, por exemplo, pode ser considerada um signo, uma vez que representa de maneira efetiva o objeto fotografado. Peirce (2017) determinou o signo como sendo triádico, isto é, constituído de três partes: representamen, objeto e interpretante.

O representamen se apresenta como a parte perceptível do signo, quando se observa uma imagem de um objeto qualquer em uma revista ou jornal, um telefone, por exemplo, esta imagem é classificada como representamen, pois é uma representação de algo. O objeto é a coisa em si, aquilo que será representado ou substituído. No caso da imagem do telefone em uma revista, o telefone em si seria o objeto, pois a imagem capturada dele e publicada na revista o representa. Já o interpretante é o significado da coisa representada na mente do intérprete, como a lembrança que é criada na mente do leitor da revista ao ver a imagem do telefone, ou seja, seria aquilo nutrido na mente de quem observa o signo.

No universo existe uma infinidade de signos. O signo é percebido por uma mente intérprete, que origina um interpretante que é um novo signo e esse interpretante se relaciona com o objeto do signo. Existe um signo que representa um objeto e determina na mente o interpretante (ECO, 2014). Os signos possibilitam um saber consciente de coisa alguma. Peirce descreveu que o próprio homem é um signo, pois somente se reconhece como sujeito quando tem consciência de si mesmo, ou seja, quando tem consciência pela simplicidade e discernimento de saber que é homem, conseqüentemente tendo a consciência de não ser uma pedra, planta ou animal (SANTAELLA, 2002). É na medida do pensamento reflexivo e da

consciência que o homem se reconhece como homem. Nesse sentido, o homem é um signo porque o homem é pensamento, cada pensamento é um signo e a vida é uma corrente do pensamento.

Em suma, o signo meramente está no lugar do objeto, ou seja, ele não é o objeto, apenas o representa. Assim, o signo pode representar um objeto apenas de certa maneira e numa determinada amplitude. Para que ocorra representação haverá necessariamente um interpretante, pois, com base na semiótica peirceana, ao representar um objeto, o signo acarreta na mente do interpretante algo que pode vir a ser um signo novo ou um quase signo, o qual se conecta com o objeto não de forma direta, mas por meio da mediação do signo anterior, sendo a mediação uma característica principal dos signos, pois eles estão instalados entre o mundo e o sujeito. Verifica-se assim, o esboço de uma relação triádica, em que um pensamento faz a mediação entre um pensamento precedente e um pensamento subsequente.

Santaella (2008) explica que não há nenhum segredo indistinguível nessa conceituação de signo. Aquilo que outros chamam de maneira vaga de ideias ou algo parecido, Peirce (2017) intitulou de signos. Isso quer dizer que qualquer coisa está no lugar de alguma outra coisa, podendo ser um pensamento precedente, a reação a um estímulo externo e assim por diante. Do mesmo modo, todo pensamento chama pela presença de um outro pensamento.

Para Peirce (2017), os signos que realmente são importantes são aqueles que são exteriores, pois, ao se corporificarem, alcançam mais permanência, descartando-se da condição passageira dos signos mentais. Ademais, consente a transação do pensamento entre as pessoas. Nesse sentido, a natureza mediadora do signo também se torna mais clara. Entre inúmeras definições de signo, uma definição breve diz que:

O signo é qualquer coisa que é, de um lado, de tal modo determinada por um objeto e, por outro lado, de tal modo determina uma ideia na mente de alguém, que esta última determinação, chamada de interpretante do signo, é consequentemente determinada mediatamente por aquele objeto. (SANTAELLA, 2008, p. 99).

Neste sentido, os três componentes do signo são o representamen, o objeto e o interpretante, uma vez que, conforme Nöth (1995, p. 65), “o representamen é o primeiro que se relaciona a um segundo, denominado objeto, capaz de determinar um terceiro, chamado interpretante”.

2.3 PRIMEIRA, SEGUNDA E TERCEIRA TRICOTOMIA

Segundo Peirce (2017, p. 51), os signos são divisíveis conforme três tricotomias: a primeira, conforme a relação entre o signo e seu fundamento; a segunda, conforme a relação entre o fundamento do signo e seu objeto; a terceira, conforme a relação entre o fundamento do signo e seu interpretante.

Se qualquer coisa pode ser um signo, o que é preciso haver nela para que possa funcionar como signo? Entre as infinitas propriedades materiais, substanciais, etc. que as coisas têm, há três propriedades formais que lhes dão capacidade para funcionar como signo: sua mera qualidade, sua existência, quer dizer, o simples fato de existir, e seu caráter de lei (SANTAELLA, 2002).

Conforme a primeira divisão de Peirce, o signo pode ser denominado: qua-lisigno, sin-signo ou legi-signo. O quali-signo é uma qualidade que é um signo, no entanto, essa qualidade não pode realmente atuar como signo até que se corporifique. Nas produções artísticas, os quali-signos são predominantes nas formas não representativas que, segundo Santaella (2001, p. 210-211), dizem respeito à redução da declaração visual a elementos puros: tons, cores, manchas, brilhos, contornos, formas, movimentos, ritmos, concentrações de energia, texturas, massas, proporções, dimensão, volume etc. sendo que a combinação de tais elementos não guarda conexão alguma com qualquer informação extraída da experiência visual externa.

Suas formas carecem materialmente, estruturalmente e iconograficamente de qualquer referência ao exterior, pois não são figurativas, nem simbólicas, não indicam nada, não representam nada. São o que são e não outra coisa. Por isso mesmo, esses tipos de signos, na predominância de suas qualidades intrínsecas e na sua fragilidade referencial, impotência denotativa, aproximam-se da condição da música, especialmente da modalidade do “apagamento dos vestígios de referenciais” (SANTAELLA, 2001, p. 210-211).

Ainda segundo a autora (2001, p. 210-211), os quali-signos nas formas não representativas são ricos de ambiguidade, são também chamadas de formas não-objetivas, porque não representam nenhum objeto identificável. Esse é o caso das imagens que dominaram a arte moderna e que foram denominadas arte abstrata em todas as suas variações.

O segundo fundamento do signo está no seu caráter de existente, originando os sin-signos.

Os sin-signos são em si algo material, real, concreto e representam um objeto por se apropriar de uma parte dele; são índices dos objetos que representam, porque indicam,

por similaridade, o universo do qual esse objeto faz parte. Assim, geram interpretantes que possuem uma relação física com o objeto. (MELO; MELO, 2015, p. 40).

Nas produções artísticas, os sin-signos são predominantes nas formas figurativas, ou seja, referenciais, que segundo Santaella (2001, p. 227), de um modo ou de outro, com maior ou menor ambiguidade, seus signos apontam para objetos ou situações reconhecíveis fora daquela imagem. Por isso mesmo, nas formas figurativas, é grande o papel desempenhado pelo reconhecimento e pela identificação que pressupõem a memória e a antecipação no processo perceptivo.

Já o terceiro fundamento do signo está nos seus aspectos de lei. Um legi-signo é uma lei que é um signo. Normalmente, essa lei é estabelecida pelos homens. Todo signo convencional é um legi-signo (no entanto, a recíproca não é verdadeira). Nas produções artísticas, os legi-signos são predominantes nas formas simbólicas e, de acordo com Santaella (2001, p. 227), imagens se tornam símbolos quando o significado de seus elementos só pode ser entendido com a ajuda do código de uma convenção cultural.

Assim, são descritas as três propriedades que habilitam as coisas agirem como signos: a qualidade, o existente e a lei. Segundo Santaella (2002, p. 14), essas propriedades não são excludentes, na maior parte das vezes, operam juntas, pois a lei incorpora o existente, e todo existente é sempre um compósito de qualidades.

Uma vez compreendida a relação do signo com seu fundamento, aborda-se a seguir sua relação com o objeto. Dependendo do fundamento, ou seja, da propriedade do signo que está sendo considerada, será diferente a maneira como ele pode representar seu objeto. Como são três os tipos de propriedades – qualidade, existência ou lei –, são também três os tipos de relação que o signo pode ter com o objeto a que se aplica ou que denota. Se o fundamento é um quali-signo, na sua relação com o objeto, o signo será um ícone; se for um existente, na sua relação com o objeto, ele será um índice; se for uma lei, será um símbolo.

De acordo com Joly (2007), o ícone corresponde à classe de signos cujo fundamento do signo mantém uma relação de analogia com aquilo que representa, isto é, com seu objeto. Um desenho figurativo, uma fotografia, uma imagem de síntese representando uma árvore ou uma casa são ícones na medida em que eles se assemelham a uma árvore ou a uma casa.

Um índice é um signo que se refere ao seu objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse objeto. Portanto, não pode ser um quali-signo, uma vez que as

qualidades são o que são independentemente de qualquer outra coisa. Na medida em que o índice é afetado pelo objeto, tem ele necessariamente uma qualidade em comum com o objeto, e é com respeito a estas essas qualidades que ele se refere ao objeto (PEIRCE, 2017).

Corresponde à classe dos signos que mantém uma relação causal de contiguidade física com o objeto que representa. É o caso dos signos como a palidez para o cansaço, a fumaça para o fogo, a nuvem para a chuva e também as pegadas deixadas pelo caminhante na areia, ou as marcas deixadas pelo pneu de um carro na lama (JOLY, 2007).

O símbolo, por sua vez, corresponde à classe dos signos que mantém uma relação de convenção com seu objeto, conectado a seu objeto por força da ideia da mente que usa o símbolo, sem o qual essa conexão não existiria. Segundo a autora, as convenções sociais agem no papel de leis que fazem com esses signos devam representar seus objetos.

Símbolos são, por natureza, leis, convenções, pactos coletivos (culturais), e são assim denominados, porque estabelecem uma relação com o objeto, porque trazem em si informações que lhe são atribuídas nas relações sociais, gerando interpretantes determinados, fechados, pactuados, denominados argumentos. Imagens se tornam símbolos quando o significado de seus elementos só pode ser entendido com a ajuda do código de uma convenção cultural. (SANTAELLA, 2002, p. 20).

Deste modo, enquanto o ícone sugere por meio de associações por semelhança, e o índice indica a partir de uma conexão de fato, existencial, o símbolo representa por meio de uma lei (SANTAELLA, 2002).

Na terceira tricotomia de Peirce (signo em relação ao interpretante), o signo pode ser rema, dicissigno (dicente) ou argumento, ou seja, uma proposição ou quase proposição, conforme descrito por Peirce (2017):

Um rema é um signo que, para seu interpretante, é um signo de possibilidade qualitativa. Um signo dicente é um signo que, para seu interpretante, é um signo de existência real [...] necessariamente envolve, como parte dele, um rema para descrever o fato que é interpretado como sendo por ela indicado [...]. Um argumento é um signo que, para seu interpretante, é signo de lei, [...] é entendido como representando seu objeto em seu caráter de signo. (PEIRCE, 2017, p. 53).

Assim, Peirce (2017) propõe que a terceira tricotomia descreve o poder do signo para produzir interpretantes, que aquilo que se apresenta para um intérprete é percebido segundo um modelo perceptivo triádico. O Quadro 1 a seguir apresenta as classificações da primeira, segunda e terceira tricotomia.

Quadro 1 - As nove subclasses dos signos de Peirce

Categoria	Tricotomia	Do signo em si (representamen)	Do signo em relação ao seu objeto	Do interpretante do signo
Primeiridade		Quali-signo	Ícone	Rema
Secundidade		Sin-signo	Índice	Dicente
Terceiridade		Legi-signo	Símbolo	Argumento

Fonte: Adaptado de Nöth; Santaella (2017).

3 A APLICAÇÃO DA SEMIÓTICA

A semiótica mostra-se oportuna diante do fato de que tem ofertado respostas e contribuições em diversas áreas do conhecimento, mostra-se mediadora, articuladora e integradora no desenvolvimento de construção de sentidos e significados. O pensamento das pessoas é uma semiose, ou seja, é um processo de construção e interpretação ininterrupto de signos linguísticos e simbólicos, envolvidos em um processo evolutivo contínuo e de atualização do pensamento.

A semiótica aplicada não trata meramente de considerar a linguagem da perspectiva linguística, mas de estruturar a existência de outros códigos culturais (sonoro, gestual, visual), produtores de sistemas semióticos. Na semiótica Peirceana não só elementos lógicos, racionais, mas também os elementos sensoriais, emotivos, ativos e reativos constituem o processo interpretativo. Este se configura em um conjunto de habilidades sensoriais e mentais que se compõem em um todo, e são essas habilidades que carecem de ser desenvolvidas na prática das leituras semióticas (SANTAELLA, 2012).

Como instrumento teórico-metodológico, a semiótica dá recurso para captar como os sentidos são elaborados e apoiados na organização da linguagem. Desta forma, a análise semiótica pode conduzir à compreensão da natureza dos signos, de que informação transmitem, como são emitidos, como funcionam, como são produzidos e utilizados, quais os poderes de referência e que tipos de efeitos podem produzir e provocar no receptor (SANTAELLA, 2012). Por isso, a semiótica serve para

[...] estabelecer as ligações entre um código e outro código, entre uma linguagem e outra linguagem. Serve para ler o mundo não-verbal: “ler” um quadro, “ler” uma dança, “ler” um filme – e para ensinar a ler o mundo verbal em ligação com o mundo icônico ou não-verbal. [...] A Semiótica acaba de uma vez por todas com a ideia de que as coisas só adquirem significado quando traduzidas sob a forma de palavras. (PIGNATARI, 2004, p. 12).

Na inter-relação existente entre semiótica e comunicação, compreender e aplicar os princípios da semiótica permite desenvolver um olhar mais perspicaz, crítico e sensível em relação às manifestações comunicativas que nos cercam. É a capacidade de desvendar as razões subjacentes à presença de elementos em uma embalagem, em um anúncio, e saber selecionar os signos apropriados para cada linguagem, para cada construção de sentido.

Os conceitos semióticos, embora abstratos, abrangem uma gama diversificada de elementos verbais e não-verbais, como fala, escrita, gestos, sons, imagens estáticas e em movimento, e audiovisuais. Ao desvendar as diversas facetas da análise semiótica, somos conduzidos a compreender a natureza e os poderes de referência dos signos, sua estruturação em sistemas, sua dinâmica de funcionamento e os efeitos que são capazes de provocar no receptor (SANTAELLA, 2002).

A teoria semiótica possibilita adentrar no cerne do movimento interno das mensagens, compreendendo como são concebidas e os recursos e procedimentos utilizados. No contexto da publicidade, os conceitos semióticos desempenham um papel crucial na criação do discurso publicitário, uma vez que as peças produzidas são permeadas por múltiplos significados, que emergem das diferentes interpretações do público. Por exemplo, ao adotar um clipe de papel como logotipo, uma empresa pode sugerir uma associação com a organização, enquanto o uso do desenho de uma folha de árvore pode evocar preocupações ambientais e remeter à matéria-prima utilizada (SANTAELLA, 2002).

Na elaboração de uma peça publicitária, que se vale de uma linguagem própria, diversos elementos são utilizados como signos estruturados para alcançar objetivos específicos, como persuadir, agregar valor à imagem da marca ou reforçar uma campanha. Os elementos do layout, tais como cores, personagens, modelos, ilustrações, textos, slogans, chamadas, perspectiva e iluminação, constituem-se como signos cuja disposição e articulação são cuidadosamente planejadas para atingir um determinado objetivo e gerar uma resposta favorável no consumidor, além de agregar valor ao produto ou à marca. Nesse contexto, a análise semiótica emerge como uma ferramenta essencial para compreender como os significados são construídos, como emergem e que efeitos pretendem suscitar. Assim, ao integrar os princípios da semiótica em suas práticas analíticas e criativas, os profissionais da comunicação podem ampliar sua capacidade de decifrar e produzir narrativas envolventes e impactantes, enriquecendo assim o panorama da comunicação contemporânea.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade e da amplitude dos conceitos abordados ao longo deste artigo, torna-se evidente a relevância e a abrangência da semiótica como uma abordagem no campo da comunicação. A análise e produção de textos e imagens são permeadas por uma teia intrincada de significados e interpretações, que a semiótica se propõe a desvendar e explorar de forma sistemática. Ao oferecer uma lente interpretativa que transcende as fronteiras das palavras e das imagens, a semiótica nos convida a uma compreensão mais profunda dos fenômenos comunicacionais e publicitários.

A abordagem semiótica não se limita apenas à análise de textos e imagens, mas se estende a todos os meios de comunicação, sejam eles verbais ou não-verbais. Por meio da interpretação dos signos presentes em diferentes linguagens, como fala, escrita, gestos, sons e imagens, a semiótica nos conduz a uma compreensão mais profunda das formas pelas quais significado é atribuído a tudo que nos cerca. Esse entendimento é enriquecido pela diversidade de influências e perspectivas que moldaram os estudos semióticos ao longo do tempo, destacando-se a contribuição de pensadores como Charles Sanders Peirce, cujo vasto conhecimento em diversas áreas do saber proporcionou uma base sólida e abrangente para suas reflexões.

Ao adentrar na semiose dos signos, compreendemos a dinâmica interna das mensagens, os processos e recursos utilizados na sua construção. Através das categorias fenomenológicas de primeiridade, secundidade e terceiridade, Peirce nos oferece uma estrutura conceitual para compreender os diferentes modos de apreensão dos fenômenos pela mente humana. Essas categorias, intimamente relacionadas, permitem uma análise espiralada e em constante movimento dos processos de signos, revelando a complexidade e a riqueza das interações semióticas.

É importante ressaltar que a aplicação da semiótica demanda não apenas uma compreensão dos seus conceitos abstratos, mas também um diálogo constante com as teorias específicas dos signos analisados. A semiótica não é uma chave que abre milagrosamente as portas dos processos de signos desconhecidos, mas sim um mapa lógico que orienta a análise dos diferentes aspectos que compõem a linguagem e a comunicação. Dessa forma, ao integrar os princípios da semiótica em suas práticas analíticas e criativas, os profissionais da

comunicação podem enriquecer sua compreensão dos fenômenos comunicacionais e ampliar sua capacidade de produzir narrativas envolventes e impactantes.

REFERÊNCIAS

- ECO, U. **Tratado geral da semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. Lisboa: Ed. 70, 2007.
- MELO, D. P; MELO, V. P. **Uma introdução à semiótica peirceana**. Guarapuava: Unicentro, 2015.
- MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 111-124, 2008.
- NÖTH, W. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1995.
- NÖTH, W.; SANTAELLA, L. **Introdução à semiótica: passo a passo para compreender os signos e a significação**. São Paulo: Paulus, 2017.
- PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- PIGNATARI, D. **Semiótica e Literatura**. 6. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Thomson Learning, 2002.
- SANTAELLA, L. Epistemologia Semiótica. **Cognitio**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 93-110, jan./jun. 2008.
- SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2012.